

Brasil exigirá maior prazo e menores juros

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O presidente do Banco Central, Affonso Pastore, apresentou ontem pela primeira vez a proposta brasileira aos bancos credores, para a renegociação da dívida externa daqui em diante: o Brasil quer a redução das taxas de juros, com refinanciamento baseado em empréstimos externos de longo prazo e maiores períodos de carência, além de mais recursos para organismos internacionais, eliminação das barreiras contra nossas exportações e mais importações por parte dos países desenvolvidos.

O plano foi apresentado informalmente durante palestra proferida no seminário sobre "Atualização Latino-americana 84", promovido pelo Centro de Estudos Bancários Internacionais da Universidade de Virginia, nos Estados Unidos. O texto da palestra de Pastore foi distribuído simultaneamente em Brasília, em inglês, contendo pela primeira vez um quadro claro do que o Banco Central espera para a próxima rodada de negociações com os credores. "Em termos mais específicos — diz Pastore — a redução do déficit fiscal dos Estados Unidos é a pedra angular do ajustamento global que se deseja".

Para se chegar a este ajuste, "antes de tudo é essencial a mobilização de todas as partes envolvidas, já que qualquer solução exigirá esforços conjuntos" — adverte, lembrando que devem ser reforçados os papéis de organismos como o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), o Banco Mundial e o próprio Fundo Monetário Internacional. A proposta apresentada por Pastore, por sinal, pressupõe a continuidade da aplicação do "programa de ajustamento" combinado com o FMI. "Há limites para a capacidade de sacrifício" — advertiu Pastore, chamando a atenção para a necessidade urgente de se encontrar fórmulas "que evitam o confronto prejudicial a todas as partes envolvidas".

A responsabilidade pela redução do protecionismo, em sua opinião, é dos governos dos países credores, "que devem ter o papel de facilitar o acesso aos seus mercados para os produtos dos países devedores, che-



gando ao ponto de aceitar o princípio de coordenação internacional — por exemplo, através do GATT e do FMI". Pediu também aos governos que apoiem medidas destinadas a aumentar o capital das organizações multilaterais, "ao invés de dificultar os aumentos, como tem acontecido" — numa clara referência aos Estados Unidos.

Para executar este plano, Pastore propõe que os Bancos Centrais e a rede bancária privada passem a conceder períodos de carência mais longos, cobrando **spreads** (taxas de risco) e **flat fees** (taxas básicas) menores e, além disso, aceitem a utilização do mecanismo da capitalização dos juros. Até recentemente considerada um verdadeiro tabu pelos banqueiros, sendo inclusive descartada recentemente pelo governo americano, a capitalização dos juros é necessária — de acordo com o presidente do BC — pelo fato de ser "mais simples, objetiva, segura, mais barata e mais eficiente do que o sistema atual dos empréstimos-jumbos".

Para mostrar o impacto das altas taxas de juros sobre a dívida do Terceiro Mundo, Pastore lembrou que a relação dívida/exportações do Brasil era extremamente alta (3,314) em 1983, exigindo a redução desta relação para 2. "Em termos hipotéticos, se considerarmos a taxa da **Libor** (taxa interbancária de Londres) em torno de 14% ao ano e o **spreed** de 1,7% que pagávamos no ano passado, com 10% de crescimento anual das exportações e transferência real de recursos ao exterior igual a 20% dos ganhos de exportação, o Brasil levaria 81 anos para reduzir a

relação dívida/exportações para 2."

Com a **Libor** de 9% levaria 10 anos para chegar ao mesmo resultado, que poderia ser atingido com o mesmo número de anos através da "transferência real de recursos ao exterior equivalente a apenas 3% dos ganhos de exportação, no lugar de 20%", de acordo com Pastore. Nesta altura da palestra ele reconhece que o "programa de ajustamento econômico" aplicado ao Brasil pode ser inviabilizado pelo aumento dos juros internacionais. "Estes números mostram o grau de frustração encontrado pelos esforços de ajustamento, devido à escalada das taxas e, ao mesmo tempo, demonstram a necessidade absolutamente indispensável de crescimento nas exportações dos países credores".

Mais adiante admite que "o peso do ajustamento continuará suportado pelos países credores que, também, continuarão transferindo recursos para as nações ricas e, paradoxalmente, contribuindo para o financiamento do déficit dos Estados Unidos da América" — caso prossigam as atuais condições, com altas taxas de juros e protecionismo. Assessores de Pastore lembraram, em Brasília, que ele falou em um ambiente acadêmico que, supostamente, permite ser mais incisivo nas colocações do que as salas do FMI ou do Departamento do Tesouro.

No final de sua palestra o presidente do Banco Central deixou claro que a solução para as altas taxas de juros "é indispensável e imposterável" para se atingir objetivos como a recuperação econômica mundial.